

Um “Macartismo hidráulico” contra a Sudene: notas sobre a disputa entre o senador Argemiro de Figueiredo e Celso Furtado (1959-1963)²

RESUMO

O artigo propõe analisar conflitos de elites agrárias nordestinas contra o projeto da Sudene entre 1959-1963, a partir de artigos de jornal e discursos do senador paraibano Argemiro de Figueiredo, herdeiro das elites fundiárias e algodoceiras. Figueiredo utilizava dois argumentos: o primeiro, em tom “macartista”, acusava Furtado de ser comunista e de estimular uma “subversão a ordem”, ao propor reforma agrária. A segunda crítica estava na dramatização do problema da seca. Com a defesa de construção de açudes e irrigação, uma “solução hidráulica”, Figueiredo contrapunha a proposta de uma convivência com a seca do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN). O artigo problematiza como esse embate Figueiredo versus Furtado indica estratégias de elites para manter privilégios e “tomar as rédeas” do processo de transformação social no Brasil na década de 1960.

Palavras-chave

Sudene; Nordeste; Elites; Argemiro de Figueiredo; Celso Furtado.

ABSTRACT

This article analyses a series of conflicts that existed between the landowning elite in the Northeast of Brazil and the Sudene development agency, in the years between 1959 and 1963. This analysis includes a review of newspaper articles and speeches made by the Senator for Paraíba state, Argemiro de Figueiredo, heir apparent to the region's landowning and cotton producing elite. Figueiredo used two basic arguments in his clashes with Sudene: the first, McCarthyistic in tone, accused Furtado, who headed the agency, of being a communist and of encouraging a “subversion of the established order” through his support of agrarian reform. The second criticism lay in his dramatization of the drought problem. By defending the need to build reservoirs and implement irrigation systems, as a “hydraulic solution”, Figueiredo was opposed to the idea of ‘living with the drought’, as suggested by the Working Group for the Development of the Northeast (GTDN). The article looks at how this Figueiredo v Furtado clash brought to the fore certain strategies adopted by the elite aimed at maintaining their privileges and at “taking hold of the reins” of the social transformation process in Brazil during the 1960s.

Keywords

Sudene; Northeast; Elite; Argemiro de Figueiredo; Celso Furtado.

1. Doutorando em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Agricultura, Economia e Sociedade (CPDA/UFRRJ). E-mail: valdeniofmeneses@hotmail.com

2. Este artigo é resultado de leituras e debates realizados na disciplina Pensamento Social e Político do Brasil Contemporâneo, ministrada pelo professor dr. Raimundo Santos no segundo semestre de 2014.

Introdução

Nos primeiros dias de agosto de 1961 uma reportagem³ do jornal nacionalista *O Semanário* chamava atenção na sua manchete para um “novo agente de Wall Street”, o “Mister” Celso Furtado, que estava se encontrando com o presidente John Kennedy e, em breve, iria entregar a região Nordeste aos norte-americanos. Uma edição da revista de circulação nacional *O Cruzeiro*, de junho de 1962, destacou que a fome não contava para Furtado, um marxista leninista “não confesso”, que chegara de viagens e congressos no mundo comunista e estava prevendo uma revolução comunista se não houvesse mudanças no panorama agrário do Brasil. Nessa mesma revista, em 1963, um artigo escrito pelo magnata das comunicações Assis Chateaubriand fazia ataques contra Celso Furtado, chamando-o de “Antônio Conselheiro de Fraque”, pela habilidade para conquistar os ouvidos dos presidentes, e um subversivo, “comunista do tipo chinês”, que não aceitava negociar com o Ocidente. Para Chateaubriand, colocar a economia da região Nordeste nas mãos de Furtado iria atrapalhar os programas de ajuda humanitária geridos pelos EUA por meio da Aliança para o Progresso, esses sim voltados para tirar o Brasil do subdesenvolvimento.

Mas afinal, quem era Celso Furtado? “Um entreguista a serviço do imperialismo norte-americano” ou um subversivo “comunista chinês” que atrapalhava a benevolência dos EUA para solucionar a condição subdesenvolvida brasileira? Esse jogo aparentemente confuso de acusações nos dá uma ideia das polêmicas que dividiram a sociedade brasileira — no período entre o governo Juscelino Kubitschek e o golpe de 1964 — em torno da criação, em 1959, da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). A diversidade de “adjetivos” para Furtado indicava, no mínimo, uma apreensão no universo político das elites agrárias e industriais, fossem as dispostas a participar das ações e gestão de recursos financeiros que estavam sendo mobilizados pela Sudene ou as temerosas de uma possível concorrência política de uma nova instância governamental.

Diferente do Departamento Nacional de Obra contra as Secas (DNOCS) ou do Banco do Nordeste (BNB), a Sudene não estava submetida, nem sequer “cooptada”, ao arco das alianças e conchavos políticos regionais.

Tomando como recorte temático o conflito entre a Sudene e as elites fundiárias nordestinas no período de 1959-1963, o artigo propõe analisar um embate específico que envolveu a posição política e intelectual de Celso Furtado em atrito com um senador paraibano chamado Argemiro de

3. As manchetes de jornais comentadas no primeiro parágrafo foram coletadas em pesquisa coordenada pelo cientista político Marcos Costa Lima, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Os recortes da imprensa sobre Celso Furtado e a Sudene, da sua criação até o golpe militar, em 1964, estão reproduzidos na página 8 da edição da Revista *Cadernos do Desenvolvimento* de maio de 2011 e nas páginas 26 e 27 do volume 3 da Coleção dos Arquivos Celso Furtado intitulado *O Nordeste e a saga da Sudene (1958-1964)*, lançado em 2009.

Figueiredo. Procura-se entender a construção dos argumentos e visões de mundo de Argemiro para mobilizar-se contra a Sudene, tendo em vista sua condição de herdeiro de um grupo de elite, uma família de latifundiários algodoeiros e pecuaristas, que teve ascensão à vida pública após a Revolução de 1930, ocupando cargos de interventor, deputado e senador. Nesses termos, o debate proposto por este artigo tem referência na seguinte seleção de fontes:

a) Sobre Celso Furtado e a Sudene

- Artigos acadêmicos e recortes de jornal que foram publicados em livros do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento: os volumes 3 e 6 da Coleção Arquivos Celso Furtado — *O Nordeste e a saga da Sudene* (2008); *Anos de Formação 1938-1948: o jornalismo, o serviço público, a guerra, o doutorado* (2014);
- Um dossiê sobre a Sudene publicado no *Jornal de Pernambuco* entre os dias 4 e 8 de janeiro de 2014;
- O livro *Pré-revolução brasileira*, escrito em 1962. Esta obra pode ser considerada uma radiografia dos debates e forças políticas, e também das tendências e “nervos políticos” do pré-golpe militar sintetizada pelo próprio Celso Furtado, a partir da sua experiência na posição de mediador entre a *intelligentsia* e os quadros estatais de ação pública dos governos JK, Jânio Quadros e João Goulart;
- Entrevistas com Celso Furtado: uma registrada no livro *Seca e poder* (1998), organizada por Maria da Conceição Tavares, Manuel Correa de Andrade, Raimundo Pereira; e outra concedida em 1993 ao sociólogo Eduardo Kugelmas, publicada em um dossiê da revista *Cadernos do Desenvolvimento* (2011);
- Edições do *Jornal Correio da Manhã* entre 1960-1969, disponíveis no acervo digital da Biblioteca Nacional.

b) Sobre Argemiro de Figueiredo:

- Registro dos discursos e das atividades legislativas de Argemiro de Figueiredo disponíveis nos anais do Senado;
- Uma edição especial da *Revista Informação Legislativa*, de Brasília (1983), com uma homenagem a Argemiro de Figueiredo, que havia falecido em 1982;
- Memórias, fotografias e opiniões sobre Argemiro de Figueiredo do jornalista Josué Sylvestre (1982; 1993) registradas nos livros *Lutas de vida e morte: Fatos e personagens da história de Campina Grande (1945/1953)* e *Da Revolução de 30 à queda do Estado Novo — Fatos e personagens da história de Campina Grande e da Paraíba (1930-1945)*.

O cruzamento desse conjunto de fontes, cada qual com suas distintas narrativas, versões biográficas, “paixões” e engajamentos políticos, permite construir a principal contribuição do artigo que é fazer visível as nuances do contato entre as figuras públicas de Argemiro de Figueiredo e Celso Furtado, algo que aparece com destaque em biografias ligadas a ambos, mas que tem sido abordado de forma secundária em artigos acadêmicos. O enfrentamento público entre o superintendente da Sudene e o herdeiro de uma família de latifundiários personifica um momento específico de embates entre classes sociais, modelos de intervenção e políticas públicas, interpretações e visões de mundo ligadas ao fenômeno das secas no Nordeste. Nos termos do sociólogo Norbert Elias (2006), pode-se visualizar um conjunto de relações sociais, interdependências e gradientes de poder que dão referências para compreender as posições de Furtado e Figueiredo entre polos rivais de uma disputa política. Por isso, os tópicos do texto transitam tanto entre o nível individual-biográfico como no horizonte das transformações estruturais econômicas e sociais que estavam sendo dinamizadas na sociedade brasileira na metade do século XX. Ao acionar a análise ao nível individual, é importante manter vigilância quanto as ilusões biográficas — ou seja, uma apresentação da vida “como se fosse um deslocamento linear, todo coerente e orientado” (BOURDIEU, 2006, p.184), presente tanto nas memórias referentes a Furtado como nas de Figueiredo. Dessa forma, o texto investe em apresentar o primeiro nas suas experiências na Segunda Guerra Mundial que vão influir nas contradições que acompanham a formação intelectual de alguém que ocupará uma posição entre a *intelligentsia* e a ação pública nas turbulências políticas que acompanharam os governos JK, Jânio e João Goulart, e o segundo, como um herdeiro e representante parlamentar de uma elite política, que além de enfrentar a Sudene, também se digladiava com outras elites fundiárias ou industriais urbanas, dentro do desenho político feito após a Revolução de 1930. Portanto, para além de ser um confronto pessoal, considera-se que os discursos, as falas, as acusações que circularam na disputa entre Furtado e Figueiredo fornecem indicativos das tendências e estratégias que, durante o período de 1959-1964, compunham toda uma dramatização social das secas no Nordeste por parte de grupos sociais politicamente influentes, qualificados com o selo distintivo de elites,⁴ principalmente por intermédio da monopolização de acesso à terra.

4. Perissonato e Codato (2008) apresentam um trabalho de revisão sobre o tema das elites nas ciências sociais. A ciência política de clássicos como Mosca e Vilfredo Pareto geram diferentes respostas e correntes de debate: a primeira é o antielitismo do marxismo estruturalista; seguido pelo institucionalismo de escolha racional e a crítica da sociologia relacional de Pierre Bourdieu. Este artigo tem como referência esta última vertente.

1. Celso Furtado

1.1. O encantamento do jovem tenente na reconstrução da Europa pós-Segunda Guerra

Furtado reunia em si um projeto intelectual em torno da compreensão do que é o fenômeno do subdesenvolvimento, marcando críticas às principais visões que compunham um horizonte teórico da economia e ciências sociais na segunda metade do século XX. Se, de um lado, atacava o liberalismo e a economia neoclássica que “esquece a história” ao visualizar o comércio e divisão internacional do trabalho em termos de “vantagens comparativas”, modelos abstratos baseados na crença autorreguladora dos mercados, do outro, questionava a interpretação do colonialismo dado pelo marxismo e a teoria do imperialismo de Lênin que, se davam respostas convincentes para o sistema de dominação das potências capitalistas, pouco explicavam as articulações e processos pelos quais funcionavam as economias capitalistas das ex-colônias. Assim, segundo Francisco de Oliveira (2001), Furtado possuía a capacidade intelectual de um demiurgo, de transformar as tradições de pensamento econômico, ao pensar com radicalidade e especificidade a categoria de subdesenvolvimento não como uma cadeia contínua, mas como uma criação específica de um capitalismo de periferia, com lógicas econômicas e históricas particulares, não sendo um estágio econômico transitório para o capitalismo desenvolvido (OLIVEIRA, 1983, p. 15).

Vale lembrar que tanto como seu aparato teórico, a trajetória pessoal e intelectual de Furtado também negava qualquer sucessão linear de acontecimentos. Isto é perceptível nas notas pessoais, trechos de diários,⁵ e reflexões do jovem Furtado quando saiu do curso de direito na Universidade do Brasil e foi a Europa para servir ao exército brasileiro no final da Segunda Guerra. Ler esses registros pessoais é um exercício importante para desmistificar as recorrentes linearidades biográficas que são acionadas por uma volumosa produção acadêmica sobre Furtado em que a biografia do economista é esquematizada como se esta fosse composta de etapas bem definidas, “um destino” traçado entre o doutorado na França, os estudos em Cambridge, o trabalho na Cepal/ONU, o período à frente da Sudene até a ruptura com a cassação dos direitos políticos e o exílio após o golpe de 1964. As memórias expressas em livros, como *De Nápoles a Paris, contos de vida expedicionária*, demarcam as observações e vicissitudes da construção social do indivíduo Celso Furtado ao acompanhar a reconstrução de uma Europa devastada pela guerra, não como pesquisador acadêmico, mas como oficial do exército, expressando assim as suas inseguranças pessoais, “crises espirituais e angústias cósmicas” e as desagregações ideológicas, das quais vão surgir alguns esboços e os primeiros ensaios de críticas sociais e econômicas.

5. Organizadas e publicadas por Rosa Freire D’Aguilar (2014) com o nome de *Anos de Formação (1938-1948)*: o jornalismo, o serviço público e o doutorado. O livro é o volume 6 da coleção Arquivos Celso Furtado.

Marcado pela experiência do pós-guerra e de uma curta carreira como jornalista aquele jovem “Tenente” Furtado iria retornar para a Europa em 1947: dessa vez para ingressar em uma das *grandes écoles* francesas, o Institut d’Etudes Politiques, a Sciences Po, e, em seguida, inscrever-se no doutorado em direito e ciências econômicas da Universidade de Paris. Nesse período, ele não ficou restrito ao movimentado ambiente intelectual parisiense do pós-guerra e também fez visitas aos países socialistas, participando de frentes voluntárias para construção de ferrovias na Iugoslávia e do *Nápoles a Paris contos de vida expedicionária* Festival Mundial da Juventude Democrática em Praga, na então Tchecoslováquia (FURTADO, 2009, p. 291).

1.2. A fantasia organizada da Sudene

Influenciado por essas vivências pessoais e o aprendizado no doutoramento na França, Furtado irá mobilizar suas atividades intelectuais frente a Cepal/ONU e na Universidade de Cambridge, onde escreve o clássico *Formação econômica do Brasil*. O tema das secas que já atravessava seus trabalhos acadêmicos, e o cargo de direção do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE) foram fundamentais para que Furtado, em 1959, fosse convidado pelo governo de Juscelino Kubitschek para contribuir na construção de uma política de combate as desigualdades regionais do Brasil, com o protagonismo da “questão social” da região Nordeste que ainda sofria as consequências da seca de 1958, e na época era a região semiárida mais populosa e miserável do hemisfério ocidental:

...20 milhões de pessoas vivendo na mais grave “área problema” do hemisfério ocidental, com uma renda média que não chegava a 1/3 da renda do Centro-Sul; imensa disparidade entre população rural e urbana; meio milhão de desempregados nas cidades; secas periódicas que atingiam mais de 4/5 do território. Por trás da frieza dos dados, um quadro de justiça e iniquidade. (FREIRE D’AGUIAR, 2009, p. 9)

A legitimidade acadêmica da Sudene pôde ser construída em dois textos: *Uma política de desenvolvimento para o Nordeste* — documento escrito por Furtado, mas assinado como Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) — e a conferência *Operação Nordeste*, resultado de exposição e debates realizados no curso Introdução aos problemas do Brasil, no auditório do Instituto de Estudos Brasileiros (Iseb), no Rio de Janeiro. Nesses textos, Furtado usa de uma análise rica em dados sobre exportação, carga tributária, produção agrícola, mão de obra, concentração de renda e estrutura fundiária para propor uma nova política econômica para região Nordeste. Para que o *slogan* “50 anos em 5” do governo Kubitschek não fosse uma mera operação de marketing, era preciso entender quais as causas dos

desequilíbrios regionais de um subcontinente brasileiro que vinham desde a colonização e que não estavam sendo resolvidos e sim intensificados na industrialização do Centro-Sul na década de 1940-1950 (FURTADO, 2009, p. 50). Assim foram lançadas as bases intelectuais e políticas que consolidariam a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), instância de contato direto com o presidente da República e que, nas suas diretrizes de ação, englobava os planos estadual e municipal.

O projeto encabeçado por JK e Furtado tinha muitos problemas a enfrentar, tais como as crises de abastecimento e miséria, a inevitabilidade do fenômeno da seca e a fragilidade da economia da região Nordeste, que ainda sofria as consequências do processo de decadência do sistema colonial de monocultura do açúcar — processo que é abordado no estudo do próprio Furtado em *Formação econômica do Brasil*. Mas nenhum outro obstáculo parecia ser tão forte à proposta da Sudene do que a desconfiança e resistência de elites locais dos estados do Nordeste. Um indicativo disso pode ser notado em um recorte de imprensa reproduzido por D'Aguiar Freire (2009, p. 8) que menciona os “bilhetinhos” de deputados após uma reunião da Operação Nordeste em fevereiro de 1959, junto ao presidente Kubitschek, em que estavam presentes Furtado, Dom Helder Câmara, ministros e governadores:

A verdade é que ninguém sabe até onde se prolongariam as discussões, caso o presidente não se houvesse antecipado aos governadores. A própria amostra da reunião do Catete, onde após Cid Sampaio falar em nome de todos os governadores, por delegação, o chorrilho de bilhetinhos de deputados começou a pressionar a eloquência de seus governantes, provocando um rosário de reivindicações locais, justificou de certo modo o tom paternalista da reunião. (FREIRE D'AGUIAR, 2009, p. 8)

A experiência dos conselhos deliberativos da Sudene obrigaria Furtado a sair das silenciosas horas de estudos e ponderados debates acadêmicos sobre as teorias de Keynes, Marx, Mannheim e outros nomes famosos da economia e ciências sociais para encarar ruidosos Sampaio, Figueiredos, Cavalcanti, Gondins, Alves, sobrenomes “de tradição política” as quais pertenciam os homens da política no Nordeste que jogavam suas investidas, ora para esvaziar a possibilidade de execução do projeto da Sudene, principalmente no tocante à reforma agrária, ora para “colonizar” a Superintendência aos seus interesses, assim como já tinham feito com DNOCS e o BNB. É nesse ponto que se insere aquele que Furtado afirmara em entrevista⁶ ser o “seu maior inimigo” nas brigas da Sudene: o senador Argemiro de Figueiredo.

6. Entrevista de Celso Furtado concedida em 1997 a Adriano Sarqui Bezerra de Meneses, gerente da Etene, e João Salmito Filho, estudante de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Ceará. Publicada com o título de *GTDN e as exigências da atualidade* no último capítulo (p. 267-283) da coletânea *Nordeste e a saga da Sudene* (1958-1964).

2. Argemiro de Figueiredo

2.1. O herdeiro desviante da elite algodoeira e a revolução de 1930

Segundo notas de entrevista de Celso Furtado para o historiador Albert Hirschman (2009, p. 188) foi de fundamental importância para a criação da Sudene uma conferência feita por bispos, em 1957, sob a liderança de Dom Helder Câmara, e que foi realizada na cidade de Campina Grande, Paraíba.

Foi nessa mesma cidade que Argemiro de Figueiredo nasceu em 1901 e construiu a identificação de sua vida pública e base eleitoral. No plano universitário, Argemiro saiu da Fazenda Itararé para estudar na Faculdade de Direito do Recife, onde se formou em 1926, cumprindo assim o “ritual de passagem” de um herdeiro de famílias latifundiárias do Nordeste; no plano político, ele rompeu com seus parentes dentro do jogo de movimentações que fervilhavam na política do estado da Paraíba com a eleição do governador João Pessoa em 1928.

Desde o início do século XX, os Figueiredo tinham a chefia política do coronel Salvino Figueiredo e de Acácio Figueiredo, pai e irmão de Argemiro. A partir de 1920 eles foram conquistando mandatos de deputados estaduais, se alinhando à oligarquia⁷ liderada pelo Monsenhor Walfredo Leal, que rivalizava no cenário político da Paraíba com Eptácio Pessoa e os Machado — no mapa da política campinense correspondiam aos nomes de Cristiano e Ernani Lauritzen, intendentess de Campina Grande entre 1904-1923 e 1924-1928.

Nesse cenário, Argemiro de Figueiredo iniciou sua trajetória política. Filiou-se ao Partido Democrático e seguiu um plano de fuga da dualidade governo/oposição em Campina Grande, sem se incorporar diretamente aos chamados “bacuraus” — liderados pelo coronel Salvino — nem aos “condores” dos Lauritzen (SYLVESTRE, 1993, p. 32). Em 1929, Argemiro colocou-se ao lado da Aliança Liberal e do governador João Pessoa e de Getúlio Vargas, rompendo politicamente com o seu pai coronel e o irmão Acácio — que era deputado estadual —, favoráveis às alianças da corrente do Partido Republicano Conservador (PRP), os “perrepistas” — do presidente da República Washington Luís — que, na Paraíba, estavam representados por João Suassuna, presidente estadual que antecedeu João Pessoa, e também pelo senador Eptácio Pessoa, tio de João Pessoa (SYLVESTRE, 1993, p. 25). O conflito que dividia “novas e velhas” políticas — em que, por vezes, membros mais novos das famílias oligárquicas se rebelaram politicamente contra os mais velhos — teve suas tensões acentuadas, a partir da reorientação nas relações econômicas, entre o governo estadual de João Pessoa com os líderes e famílias de poder local, fazendeiros pecuaristas e algodoeiros do interior da Paraíba. Segundo Sylvestre (1982, p. 67), a entrada de corpo e alma de Argemiro na causa revolucionária de 1930 geraria críticas por parte do pai e do irmão, que, enquanto representantes de algodoeiros, faziam total oposição à política fiscal dinamizada pelo mandato de João Pessoa com

7. Para esclarecimentos sobre as disputas de famílias e oligarquias paraibanas no início do século XX ver o trabalho de Linda Lewin (1993) intitulado *Política e parentela na Paraíba*.

novos impostos no transporte do algodão para o porto de Recife — o que indicava perda de favorecimentos políticos de latifundiários garantidos desde os governos de Epitácio Pessoa, em 1915, e de João Suassuna, em 1926. Por isso, Pessoa ganhou apelido de “João Cancela” em referência às cercas com fiscais de impostos instalados na fronteira entre Paraíba e Pernambuco. Essa insatisfação dos coronéis culminou na “Guerra de Princesa”, uma revolta armada iniciada pelo coronel José Pereira Lima que se seguiria a um período de tensões políticas acentuadas. Em 1930, João Pessoa foi assassinado na confeitaria Glória, em Recife, pelo jornalista João Dantas. O motivo era uma mistura de oposição política e “honra”, devido à publicação, nos jornais oficiais ligados aos partidários de Pessoa, de fotos e cartas íntimas com a professora e poetisa Anayde Beyriz.⁸

A comoção pela morte do governador fez com que a capital do estado mudasse de nome — de Parahyba do Norte para João Pessoa — e deu início também a uma onda de violência e perseguição contra os “perrepistas”, em toda a Paraíba. Em Campina Grande, Argemiro de Figueiredo, mesmo do lado liberal, teve de dar proteção a alguns parentes do lado “perrê”, como o primo José Agra, que foi atacado por uma multidão furiosa e teve sua casa saqueada e incendiada (SYLVESTRE, 1993, p. 102-103).

Com a conflituosa reorganização do tabuleiro político da Paraíba e do Brasil após o processo de 1930, o exílio do irmão e o afastamento do pai da vida pública, Argemiro assumiu, em 1932, a liderança política da família Figueiredo e o cargo de secretário do interior nos governos de Álvaro de Carvalho e José Américo de Almeida. Segundo a visão do jornalista e memorialista Josué Sylvestre (1993), essa ascensão política de Argemiro foi responsável para que, na ditadura do Estado Novo, ele chegasse ao cargo de interventor da Paraíba, “dando protagonismo” a Campina Grande diante de um suposto esquecimento desta cidade por parte dos homens da política paraibana antes de 1930 (SYLVESTRE, 1993, p.179).

2.2. Um “Macartista hidráulico” defensor da ordem e da propriedade

No discurso de posse, reproduzido no livro de Sylvestre (1993, p.180-181), Argemiro frisou a união e pacificação da Paraíba em “uma única família”, além de enfatizar a necessidade de melhoramentos técnicos e diversificação nas atividades no meio rural:

Ninguém ignora que constituímos ainda um povo sem organização econômica. Basta, numa palavra, salientar que a vida do Estado está a depender dum elemento único de sua lavoura, e este mesmo instável na produção e no valor perante os mercados consumidores — é o algodão de onde extraímos quase 80% da nossa receita pública. Quer dizer, senhores, que se por um desses fenômenos naturais na economia do mundo fosse desprestigiado esse ramo

8. A professora e poetisa Anayde Beyriz, que chocava a conservadora sociedade paraibana da década de 1930 com seus cabelos curtos e vestidos vermelhos, é a protagonista do filme *Paraíba mulher macho*, dirigido por Tizuka Yamazaki.

da nossa riqueza, ou se, mesmo valorizado, nos privássemos dele por força das incertezas de nossas condições climáticas, teríamos de assistir a profundo desequilíbrio financeiro, que só seria amenizado pelo recurso extremo dos empréstimos [...] Poderemos possuir o melhor aparelhamento técnico para os cuidados de uma lavoura cientificamente orientada. É preciso, entretanto, que haja uma mentalidade capaz de compreender o interesse da aplicabilidade e da substituição dos processos rudimentares de cultura pelas normas racionais que a ciência sugere. Multipliquem-se e selecionem-se as sementes; escolham-se as zonas apropriadas as culturas; adquiram-se os instrumentos agrários e os necessários à proteção da lavoura e ao combate das pragas, instalem-se as cooperativas; difundam-se pelo Estado os estabelecimentos de crédito acessíveis aos pequenos agricultores [...] Exige também atenção e cuidados imediatos a pecuária do Estado. Os nossos rebanhos, principalmente na zona sertaneja, definham progressivamente a falta de orientação técnica. (SYLVESTRE, 1993)

As ações do período de interventoria de Argemiro de Figueiredo foram a criação de um Serviço de Classificação de Produtos Vegetais, dividindo a Paraíba em regiões geoeconômicas, investindo em pesquisa com sementes e em novas fibras do algodão. “O algodão subiu de 18 milhões de quilos anuais para 45 milhões, cifra assinalada nos últimos anos de administração de Argemiro” (REVISTA INFORMAÇÃO LEGISLATIVA, 1983, p. 8). Também houve investimento no rebanho bovino e na difusão de novas monoculturas como a do agave e do sisal.

Outra marca da gestão de Argemiro, segundo seus defensores, foi uma obra redentora de um sistema de águas canalizadas de mananciais e a criação do Serviço de Água e Esgoto de Campina Grande, em 1935. Segundo Sylvestre (1993, p. 249-250), jornais como o *A Voz da Borborema*, dirigido por Acácio Figueiredo – agora aliado e não mais oposição ao irmão — utilizavam a retórica que “Campina não estava mais sendo esquecida pelos governantes” e louvavam Argemiro, um filho da terra, pela solução do problema das águas.

Já não era possível que a água necessária ao consumo de nosso meio se restringisse à existente em pequenos reservatórios ou trazida de mananciais distantes, por modorrentas alimárias. Torturava-nos desse modo, a convicção de que seríamos arrastados, irremediavelmente, para o abismo da decadência. [...] Foi nessa situação que o interventor Argemiro de Figueiredo viu sua terra. Fácil seria ampará-la, se tão desfavoráveis não fossem suas condições topográficas do meio, onde não existiam fontes próximas, capazes de abastecê-lo. Só a distância de 37 quilômetros poderia ser captada a água necessária ao consumo local — o que pressupunha a realização de uma obra gigantesca, que muitos reputavam inexequível. Mas, o Dr. Argemiro de Figueiredo, resoluto e firme, logo sugeriu e sancionou a Lei Nº 2 de 22 de outubro de 1935, criando o Serviço de Água e Esgoto de Campina Grande, com o apoio entusiástico de quantos colaboravam com seu governo operoso e fecundo. (SYLVESTRE, 1993)

9. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/pronunciamento/detalhes.asp?d=327423>

Assim, Argemiro sedimentava uma imagem de defensor de inovações no meio rural, principalmente do algodão e da pecuária, de realizador de obras hídricas e de fazer “saneamento em todo e qualquer setor do centro ao interior” como mostram os versos de Manoel Pereira Sobrinho no poema *A voz do Dr. Figueiredo* (SYLVESTRE, 1982, p. 231). Junto a esses elementos, Argemiro, com certa frequência, investia em uma retórica anticomunista como argumento para defender a “ordem social”: assim eram os discursos de Argemiro de Figueiredo quando auxiliou no enfrentamento dos movimentos da Intentona em Natal, em 1935, dando total apoio ao governo de Getúlio Vargas e à nova Constituição do Estado Novo, em 1937.

Após o mandato de interventor, Argemiro de Figueiredo foi eleito deputado federal e iniciou uma ruptura com José Américo de Almeida e com o partido da UDN em dois momentos eleitorais marcantes. Primeiro, nas disputas para prefeito de Campina Grande em 1947, quando Argemiro lançou o cunhado Veneziano Vital do Rêgo e foi vencido por uma diferença de apenas 200 votos pela coligação montada por José Américo, tendo à frente o médico Elpídio de Almeida e o general Antônio Rodembusch. Em um manifesto após as eleições, Argemiro acusaria José Américo de trair a UDN e afirmaria que esses “200s votos foram uma contribuição comunista dada aos nossos adversários [...] acobertada no apoio do Partido Socialista Brasileiro” (SYLVESTRE, 1982, p. 135). Nas eleições estaduais de 1950, o então deputado Argemiro de Figueiredo lançou o seu nome para governador, coligado com Pereira Lima (vice) e Renato Ribeiro (senador), e foi derrotado — novamente enfrentou uma coligação liderada por José Américo de Almeida, junto com João Fernandes de Lima e Ruy Carneiro. Foi um processo eleitoral bastante tenso que envolveu desde a acusação, por parte dos “argemiristas”, de que José Américo utilizara de montagens fotográficas e falsas declarações de apoio atribuídas a Pe. Cícero até o episódio trágico da “chacina na Praça da Bandeira”, durante um comício em Campina Grande em julho de 1950, quando três pessoas partidárias de Américo de Almeida foram mortas a tiros.

Com a derrota na eleição de outubro de 1950, para José Américo, Argemiro se afastou da UDN, onde se elegeria apenas no primeiro (1955) de seus vários mandatos de senador. Em 1958, Argemiro faz um discurso⁹ no Senado em que anuncia sua filiação ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Mesmo com mudanças partidárias, a “marca” política de Argemiro no Senado ficou ligada às seguintes agendas: agricultura, pecuária, obras de açudagem, irrigação e abastecimento de água, junto a uma retórica da ordem e um “macartismo à brasileira”, acionado com recorrência para marcar posição contra a reforma agrária, alertando para a “subversão” de movimentos como o das Ligas Camponesas. Entrelaçados a essas pautas é que Argemiro de Figueiredo irá desferir, a partir de 1959, os principais ataques a Celso Furtado e ao projeto da Sudene com sua agenda de propostas de reforma agrária e convivência com a seca.

3. O “Macartismo hidráulico” contra a Sudene

Na palestra Operação Nordeste, em 1959, Furtado defendeu a tese de que o problema da seca não teria tanta gravidade se houvesse uma economia rural diferente na região Nordeste daquela baseada na combinação de agricultura, com o algodão mocó, e pecuária. Por esse argumento, a preocupação de Furtado (2009) estava na carga demográfica que o tripé algodoeiro-pecuário-agrícola trouxe ao chamado *hinterland* semiárido atingido pela seca, principalmente devido ao sistema de moradia vigente nas fazendas da região sertaneja:

A fazenda típica da região sertaneja combina pecuária com o algodão-mocó, o trabalho assalariado na pecuária com a “meação” na agricultura. Se visitarmos uma fazenda dessas, encontraremos um conjunto de famílias de “moradores” — chamam-se moradores porque não são propriamente empregados, não tem salário monetário, são, digamos, sócios dos riscos e na venda de produção algodoeira, com direito a casa e uma faixa de terra para lavoura de subsistência [...] Essa combinação de elementos de economia monetária com outros de economia de subsistência é que permitiu o aumento da população da caatinga. E foi esse aumento populacional que transformou a seca na grande calamidade social dos últimos 3/4 de século. (FURTADO, [1959] 2009, p. 42-43)

Furtado (2009) ainda chama atenção para a ineficiência da chamada “solução hidráulica” diante do problema da seca, modelo proposto desde o início do século XX por meio do esforço de engenheiros como Arrojado Lisboa e Guimarães Duque no comando do IFOCS e DNOCS. O problema não era “solucionar” a seca e, sim, elaborar um plano econômico de adaptação e convivência a um fenômeno que é cíclico:

Desenvolveu-se na região semiárida, na caatinga, uma economia inadequada ao meio, extremamente vulnerável à seca. O primeiro objetivo deve ser, portanto, criar ali uma economia resistente à seca. (FURTADO, [1959] 2009, p. 45)

A irrigação não tem nenhuma tradição nas terras nordestinas. A economia da região está montada como se a seca não existisse [...] Esforço admirável no sentido foi feito pelo serviço Agroindustrial do DNOCS, graças principalmente a Guimarães Duque. Esse esforço, entretanto, malogrou-se porque não foram criadas as condições institucionais para que frutificasse. É que havia um problema mais amplo, que permeava todos os outros: o da estrutura agrária da região. (FURTADO, 1962, p. 57)

Para Furtado (2009), um dos principais fracassos dos projetos de irrigação do DNOCS seria a localização das terras dos açudes nas fazendas dos grandes proprietários, integrados no sistema algodoeiro-pastoril.

Com a água disponível pela açudagem ou a possibilidade de transportar os animais para regiões “mais verdes”, ficava a comprovação de que o elo mais vulnerável à seca eram as famílias de agricultores pobres, submetidos à condição de moradores das grandes fazendas na região semiárida nordestina. Os problemas da fome, miséria e da seca no Nordeste eram consequências da limitação imposta aos moradores, que, submetidos às pressões da produção do algodão e da criação de gado do latifúndio, eram coagidos a diminuir a sua capacidade de produzir alimentos, fragilizando sua sobrevivência diante dos fenômenos cíclicos e, portanto, inevitáveis da estiagem. Assim, fechava-se outra tese furtadiana: a solução do problema da miséria no Nordeste não era a irrigação, mas uma política para transformar uma estrutura fundiária desigualmente distribuída.

Sob esses fundamentos, o plano de ação proposto na Operação Nordeste, incorporado à Sudene, tinha a seguinte agenda: promover uma nova economia agrícola baseada em um estudo dos solos, crédito e assistência técnica para os agricultores, abertura de novas fronteiras para deslocar a população das regiões atingidas pelas secas para zonas como o Maranhão e sul da Bahia; um plano de industrialização e principalmente uma proposta de reforma na estrutura de concentração fundiária.

A posição da Sudene de afirmar a ineficiência na “solução hidráulica” diante de problemas da concentração fundiária — e, ainda por cima, o reconhecimento institucional do governo brasileiro das conclusões dos estudos de Furtado sobre a economia do Nordeste — começava a incomodar frações de elites regionais assentadas justamente em poderes do monopólio da posse da terra. Eis o tom apreensivo do discurso¹⁰ intitulado *Problemas do Nordeste: contra a Sudene, a industrialização e a agricultura* do senador Argemiro de Figueiredo em 17 de março de 1959, em que questionava, além da inconstitucionalidade de uma Superintendência de “contato direto com o presidente”, qual seria a validade do projeto da Sudene diante da existência de outras instituições que já visavam combater as secas no Nordeste:

Não participo do entusiasmo dos que veem na Sudene a redenção do Nordeste. Longe de mim pensar que se torna possível a emancipação econômica de um povo sem a criação intensa e fecunda de um sólido parque industrial. Longe de mim combater os que sentem a necessidade de industrializar o Nordeste, com o aproveitamento local de suas riquezas minerais, agrícolas e pecuárias. Não. O que nego aos técnicos e testemunhas da experiência, da observação e do bom senso, é que eles possam aparecer à nação como constituindo um órgão específico de combate ao fenômeno climático das secas [...] E assim eu pergunto: por que um novo órgão visando a industrialização do Nordeste com o capital pioneiro da União, se o Banco do Brasil poderá fazê-lo através de sua Carteira específica? Por que um novo órgão para fomentar a produção, se o Banco do Nordeste foi para isso instituído

10. O discurso pode ser lido na íntegra entre as páginas 524-673 dos Anais do Senado da República de maio de 1959, disponíveis no link: http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Republica/1959/1959%20Livro%203.pdf

e poderia fazê-lo em ação conjugada com as cooperativas de crédito? Por que um novo órgão visando a eletrificação do Nordeste, quando os já criados tem essa destinação legal? (REVISTA INFORMAÇÃO LEGISLATIVA, 1983, p. 24)

Dez dias depois, Argemiro de Figueiredo continuaria a polêmica contra a Sudene, dessa vez tocando no tema da industrialização, a necessidade de irrigação e uma crítica à proposta de Furtado de deslocar parte da população do semiárido para outras regiões:

Já disse, e repito - É um erro catastrófico para a região nordestina essa prioridade que se pretende assegurar o problema da industrialização, como processo técnico de recuperação econômica e de combate ao flagelo das secas. [...] Em pouco ou nada irá influir, na vasta zona do polígono, a formação de núcleos industriais, por mais poderosos que sejam, uma vez que permanecerá exposta a calamidade de toda a imensa população rural abrangida pelo fenômeno climático [...] os poços manterão os rebanhos e servirão para irrigar pequenos trechos rurais. Contudo, se forem bem disseminados, transformarão a fisionomia social e econômica dos Estados e evitarão o êxodo das populações rurais. [...] Exprime um desalento e a falência dos nossos recursos técnicos aconselhar-se o deslocamento de nordestinos de qualquer zona onde estejam eles situados. Isso não seria solução, seria fuga! Seria a violação dos preceitos da Lei Maior, que manda valorizar o homem, a terra e fixar o camponês a zona do seu trabalho [...] o problema vital resume-se nisto: água e irrigação. (REVISTA INFORMAÇÃO LEGISLATIVA, 1983, p. 25-26)

Esses seriam os primeiros de vários ataques na tribuna feitos por Argemiro de Figueiredo entre 1961-1962: nesse período, dos 20 discursos registrados nos anais do Senado, 13 continham críticas diretas e menções negativas à Sudene ou a Celso Furtado.

Quadro 1. Discursos de Argemiro de Figueiredo contra a Sudene (1961-1962)

DATA	RESUMO DO DISCURSO
31/05/1961	Comentários sobre o discurso do presidente Jânio Quadros na abertura dos trabalhos da terceira conferência regional em João Pessoa –PB [...] comenta o erro de se dar maior ênfase a industrialização do Nordeste quando seu maior problema é a calamidade das secas.
21/06/1961	Renova apelo ao presidente Jânio Quadros para que dê à Sudene a orientação fundamental: água e irrigação.
06/07/1961	Reforça o seu ponto de vista, demonstrado em discursos anteriores na tribuna do Senado Federal, sobre a maneira mais correta de solucionar o problema econômico da região Nordeste, seja através da construção de açudes de pequeno, médio e grande porte ao invés de investimentos volumosos na industrialização dos centros urbanos como proposto pelo plano da Sudene.
09/08/1961	Informa sobre o telegrama do Sr. Bivar Olinto, prefeito de Patos, na Paraíba, sobre as críticas feitas à Sudene por jornais pernambucanos.
12/10/1961	Tece comentários em torno dos problemas da região Nordeste pedindo ao governo federal assistência econômica e técnica ao camponês do Nordeste brasileiro referindo-se ao projeto de orientação diretora da Sudene.
06/11/1961	Crítica o plano diretor da Sudene, que entrara em discussão e votação no Senado, por considerar que as medidas propostas para combater a seca e promover o desenvolvimento econômico-social da região Nordeste não atingem o objetivo satisfatoriamente, pois não tratam do problema da falta de água que maltrata a região. Declara que a Sudene gerou-se no ventre de uma emoção coletiva, após a seca brutal de 1958.
09/11/1961	Confirma a sua posição perante o projeto da Sudene e defende-se das acusações do <i>Correio da Manhã</i> de que seria reacionário. Faz referência ao agricultor brasileiro e comenta a necessidade de uma restrição nos gastos com a administração pública, da votação urgente das reformas de base solicitadas como imperativo de ordem econômica e social.
28/11/1961	Continua a defender suas emendas ao projeto do plano diretor da Sudene, analisadas e consideradas, pela comissão de constituição e justiça do Senado, inconstitucionais. Defende [...] a importância da Sudene para a região Nordeste e apenas critica a demasiada autonomia administrativa de seus diretores, o que por vezes permite a ocorrência de irregularidades na utilização de recursos públicos. Lembra discussão no Senado, quando se levantava contra a estruturação orgânica da Sudene.
04/12/1961	Defende-se de violento ataque de jornais, pelas emendas que apresentou ao projeto da Sudene – acusado sobretudo pelo sr. Celsofurtado e João Agripino, lendo mensagem de solidariedade recebida da Assembleia Legislativa de seu estado. Lê ainda entrevista que concedeu ao <i>Diário de Pernambuco</i> , comparando Celsofurtado a Calabar. Pede aos senadores que o apoiem a fim de que as emendas apresentadas pelo orador sejam aprovadas.
20/03/1962	Analisa a política econômico-financeira e comenta a falta de planejamento da mesma. Reclamações de todos os estados do Nordeste a respeito dos altos preços, falta de amparo ao agricultor pobre e ausência de instrumentos agrícolas. Analisa as dificuldades enfrentadas pelos nordestinos, como a seca e a fome, pela inoperosidade da Sudene.
23/04/1962	Elogia o êxito da viagem do presidente João Goulart aos Estados Unidos da América, conseguindo recursos econômicos para combate da miséria e da fome no Brasil. Apela ao governo federal que a política da Sudene seja revista e alterada, antes das verbas serem encaminhadas.
15/05/1962	Refere-se às atividades agropecuárias em nosso país, focalizando os campos abandonados, o homem do campo sem assistência, sem máquinas, sem escolas e com fome. Aponta o fracasso da Sudene e declara que não serão aprovados pelo Senado os projetos eleitoreiros. Critica abertamente o plano da Sudene, acusando-o de subversivo e ineficiente na tentativa de resolver os problemas e desenvolver o Nordeste brasileiro.
14/12/1962	Comenta artigo publicado no <i>Correio Braziliense</i> a respeito da Sudene e volta a tecer comentário acerca de sua incipiência

Fonte: <http://www.senado.gov.br/atividade/pronunciamento>

Argemiro de Figueiredo também articulou para votação no Senado um projeto que rivalizaria politicamente com a Sudene: uma ementa para dar autonomia ao DNOCS em relação ao controle da Superintendência (COSTA LIMA, 2009, p. 229). Essas tensões entre Sudene e DNOCS podiam ser vistas nas reclamações de Furtado sobre a demora da diretoria do departamento para enviar relatórios e dados pluviométricos à Sudene. Havia esperança de que nessa “espera” houvesse eleição presidencial e que Furtado fosse retirado do cargo, algo que não aconteceu na sucessão entre Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros. Após a renúncia deste último, quando o país passou por um curto período parlamentarista, o primeiro-ministro Tancredo Neves chegou a assinar a demissão de Furtado, que fora avisado pelo ministro Virgílio Távora que “havia unanimidade dos governadores do Nordeste para colocá-lo para fora”.¹¹ Como a demissão precisava da assinatura do presidente João Goulart, e ela foi negada, Furtado continuou a trabalhar para o governo brasileiro, com a posição ainda mais garantida após o plebiscito que determinou o fim do parlamentarismo.

Com a permanência de Furtado aumentariam as tensões das reuniões do conselho deliberativo da Sudene: apenas contando com o apoio “fixo” do governador Guel Arraes os debates do conselho eram entrecortados pelas reivindicações de que alguns estados não recebiam recursos — mito desmontado por dados analisados pelo próprio Furtado — e se recebiam havia uma “predileção” por Pernambuco e Bahia em detrimento dos “pequenos”. Ainda havia o argumento da parte de intelectuais conservadores, como Gilberto Freyre, que pedia maior participação do exército nas ações e criticava um excesso de um viés economicista e de centralização das decisões da Sudene (COSTA LIMA, 2009, p. 231).

Se na esfera do Estado e dos conselhos internos a Sudene era questionada, no âmbito da sociedade civil a figura de Furtado conquistara apoios importantes na mídia e por parte de movimentos sociais, que atacavam Argemiro de Figueiredo acusando-o de reacionário, contrário às diretrizes do seu partido, o PTB. É o que se vê na seção Tópicos e Notícias, em trecho do texto *Derrota pré-eleitoral*, da edição de 8 de novembro de 1961 do *Correio da Manhã*:

A Sudene e o Sr. Celso Furtado foram alvos no Senado de ataques da parte dos mais petrificados reacionários. Da melhor maneira macartista [...] foram denunciados como sendo comunistas sem a menor tentação de se provar a calúnia odiosa [...]. Todo o plano diretor da Sudene foi rejeitado como se tratasse de um plano quinquenal stalinista [...]. Quem foi que se comportou de maneira tão odiosa? [...] É homem do Nordeste. É da Paraíba. Fala como um comunistômano de certas associações de classe do Rio de Janeiro. Mas é do PTB. É o Sr. Argemiro de Figueiredo. O PTB é, neste momento, portador de uma grande responsabilidade política que será duramente posta a prova nas eleições de 1962. Pode ganhá-las. Mas com os Argemiros perde-las-á na certa. (CORREIO DA MANHÃ, 8.11.1961)

11. Ver entrevista de Celso Furtado no livro *Seca e poder* (1998, p. 68).

A União Nacional dos Estudantes (UNE) e a União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES) também se manifestaram várias vezes, por meio de greves gerais e de chamadas na imprensa¹² a favor do plano diretor da Sudene — que nos últimos meses de 1961 estava tendo sua votação “atrasada” no Congresso, o que dificultava o repasse de recursos financeiros do governo norte-americano em 1962. Nessa pauta, os movimentos sociais elegeram Argemiro de Figueiredo como “inimigo do Nordeste” e organizaram protestos quando o senador foi ao aeroporto de Recife.

Após esses protestos, Argemiro intensificaria suas críticas ao plano diretor da Sudene: “considerarei e considero subversivo esse plano arquitetado: subversivo, desumano e irracional” (REVISTA INFORMAÇÃO LEGISLATIVA, 1983, p. 27). Nas atividades parlamentares de março de 1962, comentando o episódio do aeroporto de Recife, Argemiro discursa:

O meu crime foi singular. Pedi água para combater os efeitos das secas. Pedi irrigação para assegurar a 20 milhões de brasileiros uma economia agrícola capaz de amparar o homem face ao flagelo climático. E porque [o projeto de Argemiro] feria a soberania da Sudene [...] Fui cruelmente castigado e punido. Fui, simbolicamente, sepultado vivo pelos comunistas do Recife. (REVISTA INFORMAÇÃO LEGISLATIVA, 1983, p. 27)

Em 1963, o tema da reforma agrária tomava a pauta na opinião pública com as tensões agravadas no cenário político da Paraíba e Pernambuco pela exigência de direitos trabalhistas pelo movimento das Ligas Camponesas.¹³ Argemiro de Figueiredo lança artigos na imprensa alertando para a “desordem comunista” e afirma na imprensa que Celso Furtado “seria um astuto economista a bolchevizar o Nordeste”. A artilharia de Argemiro pode ser vista no trecho abaixo citado no artigo *A batalha da Sudene*, de Rosa Freire D’Aguiar (2009):

Assim prossegue a dança fatal sobre o abismo! Se a missão do Sr. Celso Furtado é promover a rebelião das massas camponesas, levar os nordestinos ao desespero, semear a fome na região, comunizar o Nordeste e o Brasil, rendamos homenagens ao grande artista que soube hipnotizar dois governos [...] Deus sabe se as mãos assalariadas pela Sudene estão empunhando a foice e o martelo dos russos ou os instrumentos que servem ao progresso do povo. (FREIRE D’AGUIAR, 2009, p. 15)

Com o golpe de 1964, a proposta de um órgão técnico como a Sudene acabou sofrendo um esvaziamento técnico (OLIVEIRA, 2009, p. 195). Mesmo que a Superintendência tenha continuado a existir, ela não tinha mais seus principais nomes — alguns exilados, como o próprio Celso Furtado — e passou a ser um instrumento burocrático ocupado pelas elites latifundiárias simpatizantes aos governos militares. Em uma de suas últimas entrevistas, em 2004,

12. Ver edição do *Correio da Manhã* de 2 dezembro de 1961. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_07&PagFis=24386&Pesq=Argemiro%20de%20Figueiredo>.

13. Sobre o período das Ligas Camponesas é interessante a análise de Citadino (2014) acerca do governador da Paraíba Pedro Gondim, que, na década de 1960, traçou seu mandato entre a pressão dos trabalhadores rurais e da esquerda e os compromissos com grupos e elites agrárias.

Furtado afirmaria que para a região Nordeste as consequências do golpe foram mais graves, pois interromperam uma política em andamento, e a atuação de movimentos sociais e correntes da Igreja católica. Tudo foi destruído (FREIRE D’AGUIAR, 2009, p.19).

Do lado de Figueiredo houve uma inicial defesa patriótica da Revolução de 1964, embora um lamento que o presidente da República e colega petebista, João Goulart, tenha sido derrotado. Contudo, a partir dos Atos Institucionais, Figueiredo iniciaria uma contestação do regime militar: após a cassação do mandato de senador de JK, o senador paraibano denunciou o caráter ditatorial das mudanças constitucionais e partiu em defesa do ex-presidente, mas sem deixar de “alfinetar” a Sudene: “apesar dos pecados ideológicos e programáticos da ideia de Sudene, o mandato de JK como presidente havia beneficiado a Paraíba” (REVISTA INFORMAÇÃO LEGISLATIVA, 1983, p. 16)

Após a extinção do seu partido, Figueiredo se filiaria ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), onde permaneceu até sua morte na década de 1980. Atualmente, o partido que “descende” do MDB, o PMDB, é encabeçado na Paraíba pelo deputado federal Veneziano Vital do Rêgo e pelo atual ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Vital do Rêgo Filho, dois descendentes do cunhado de Argemiro de Figueiredo, o major Veneziano, que foi casado com Vicentina Figueiredo (HERÁCLIO DO RÊGO, 2008, p. 360).

Considerações finais: Quem fez a redenção do Nordeste? Argemiro de Figueiredo ou Celso Furtado?

Como um duelo de violeiros, no estilo dos folhetins de cordel, Celso Furtado e Argemiro de Figueiredo travaram uma disputa de palavras: se um falava que a irrigação era inadequada para o Nordeste semiárido, o outro dizia que era apenas por esse caminho que ia ocorrer a redenção da miséria. Quando o primeiro propunha reforma agrária, o segundo clamava pelo respeito à propriedade privada e à ordem contra a subversão. Nessa peleja não havia neutralidade: os apelos à “solução hidráulica” ou ao “desenvolvimento e planejamento” estão longe de serem termos neutros, sendo tão ideológicos quanto a acusação de comunismo e subversão. Todos são resultantes de categorias políticas em disputa. Portanto, para entender todo esse processo, nem mesmo Furtado — que a época da Sudene investia na imagem pública de planejador técnico — pode ser neutralizado de suas ideologias. Vale também lembrar que o próprio Argemiro não apenas travava luta contra a Sudene, mas digladiava-se entre várias “batalhas” de seu grupo político: ele, enquanto herdeiro — ou seja, alguém que transformou uma condição social privilegiada em atributos

individuais, de um hábil discurso e postura como político —, também tinha de tecer combates entre elites agrárias, industriais e nordestinas. No caso dos algodoeiros e pecuaristas as investidas de Argemiro são uma chamada para “mudar para permanecer igual”, há que endurecer mantendo privilégios, mas sem perder jamais o controle do fluxo de transformação social dinamizado pelas inovações que a Sudene e Furtado traziam para a esfera pública: novos modelos de ação para resolver uma “questão regional” para avançar no projeto de nação do Estado brasileiro que fluía nas transformações pós-Vargas.

Nesse complexo emaranhado de diferentes falas, projetos, narrativas e ações políticas pode-se dizer que a disputa de “violeiros” — não nas cordas, mas na política — entre Celso Furtado e Argemiro de Figueiredo apontava pelo menos um processo mais amplo, um “mote” de um canto que, mesmo mudando as estrofes e rimas, ecoa desde longa data na região Nordeste: a dramatização pública de elites monopolizadoras da terra sobre o tema da seca e da estrutura fundiária do Nordeste. Abordar o antagonismo Furtado-Figueiredo nos leva inevitavelmente ao tema caro à discussão sobre poder, que incide sobre a própria definição de região Nordeste no Brasil, que é o elo entre a dominação de elites regionais e o fenômeno das secas. Impressiona que este tema seja debatido em autores de abordagens tão díspares e, pesquisando diferentes contextos históricos, como Oliveira (1977), Burstyn (1985), Castro (1992) e Albuquerque Jr. (1999). Se no dito popular “chover no molhado” traduz algo repetitivo, um assunto já resolvido, o eterno retorno das elites em falar da “seca no semiárido” está longe de um tema concluído e sem polêmicas, principalmente pelas estratégias de impor visões de mundo que buscam monopolizar cultural, política e economicamente uma região. É tomando a pauta e elegendo supostas “vocações e necessidades” regionais — como o caso da pecuária, agricultura e irrigação nas falas do senador Argemiro de Figueiredo — que se busca ditar a agenda das ações governamentais e recursos para o tratamento da estiagem e seus problemas sociais no Nordeste.

§

Referências

- ALBUQUERQUE JUNIOR, D. M. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 5ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- BURSTYN, M. *O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste*. 2ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Org.). *Usos e abusos da história oral*. 8ª Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 183-193.
- CASTRO, I. *Mito da necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.
- CALLADO, A. *Os industriais da seca e os galeus de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1960.
- CITADDINO, M. Pedro Gondim: um governador entre deus e o diabo. In: DANTAS, E.; NUNES, A.; SILVA, R.F.; (Org.). *Golpe civil militar e ditadura na Paraíba: história, memória e construção da cidadania*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014, p.13-33.
- CORREIO DA MANHÃ (1960-1969). Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_07&PagFis=17219&Pesq=Argemiro%20de%20Figueiredo>
- COSTA LIMA, M. O conselho deliberativo da Sudene. In: FURTADO, C. *A saga da Sudene (1958-1964)*. Arquivos Celso Furtado, vol. 3. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Contraponto/ Centro Internacional Celso Furtado de Política para o Desenvolvimento, 2009, p. 223-267.
- ELIAS, N. *Tecnificação e civilização*. In: NEIBURG e WAIZBORT (Org.). *Escritos & ensaios*. Vol 1: Estado, processo, opinião pública. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p. 35-68.
- FIGUEIREDO, A. (1955-1970). Discursos. Disponível em: http://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos?total=1&p_p_id=pronunciamentos_WAR_atividadeportlet&nomeAutor=Argemiro+de+Figueiredo&partidoAutor=&ufAutor=&nomeAparteante=&assunto=&dataInicial=&dataFinal. Acesso em agosto de 2015.
- FREIRE D’AGUIAR, R. A Introdução: a batalha da Sudene. In: FURTADO, C. *O Nordeste e a saga da Sudene (1958-1964)*. Arquivos Celso Furtado, vol. 3. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Contraponto/ Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2009, p. 8-25.
- _____. Anos de formação. In: FURTADO, C. *Anos de formação 1938-1948: o jornalismo, o serviço público, a guerra, o doutorado*. Arquivos Celso Furtado, vol. 6. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Contraponto/ Centro Internacional Celso Furtado de Política para o Desenvolvimento, 2014.
- FURTADO, C. *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.
- _____. *Seca e poder*. Entrevista com Celso Furtado. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.
- _____. (1959) A Operação Nordeste: plano de ação. In: FURTADO, C. *O Nordeste e a saga da Sudene (1958-1964)*. Arquivos Celso Furtado, vol. 3. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Contraponto/ Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2009, p. 45.
- _____. Entrevista a Eduardo Kugelmas. In: *Dossiê Celso Furtado: Cadernos do Desenvolvimento*: Rio de Janeiro, ano 6, n. 8, mai. 2011, p. 379-416.
- _____. *Anos de formação 1938-1948: o jornalismo, o serviço público, a guerra, o doutorado*. Arquivos Celso Furtado, vol. 6. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Contraponto/ Centro Internacional Celso Furtado de Política para o Desenvolvimento, 2014.
- HIRSCHMAN, A. Notas de entrevistas. In: FURTADO, C. *A saga da Sudene (1958-1964)*. Arquivos Celso Furtado, vol. 3. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Contraponto/ Centro Internacional Celso Furtado de Política para o Desenvolvimento, 2009, p. 183-193.
- HERÁCLIO DO REGO, A. *Família e coronelismo no Brasil — uma história de poder*. 1ª Ed. São Paulo: A Girafa, 2008.
- LEWIN, L. *Política e parentela na Paraíba*. Um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Rio de Janeiro: Record, 1993.
- OLIVEIRA, F. *Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste, planejamento e conflitos de classes*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- _____. A navegação venturosa. In: *Celso Furtado: Economia*. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1983, p. 7-30.
- _____. Depoimento à CPI da Sudene. Arquivos Celso Furtado, vol. 3. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Contraponto/ Centro Internacional Celso Furtado de Política para o Desenvolvimento, 2009, p. 193-224.
- PERISSONATO, R.M.; CODATO, A. Dossiê: Elites políticas. In: *Revista de Sociologia e Política*, vol.16, n. 38, jun. 2008, p. 7-15.
- REVISTA INFORMAÇÃO LEGISLATIVA. Brasília, v. 20, n.77, jan/mar, 1983, p. 5-56. Disponível em <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/182018/000108500.pdf?sequence=1>>
- SYLVESTRE, J. *Da revolução de 30 à queda do Estado Novo: fatos e personagens da história de Campina Grande e da Paraíba (1930-1945)*. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1993.
- _____. *Lutas de vida e de morte: fatos e personagens da história de Campina Grande (1945-1953)*. Brasília: Senado Federal, 1982.

Recebido em 29/5/2015

e aprovado em 4/12/2015.